

O sucesso da reabilitação de edifícios e monumentos nacionais

está intimamente dependente da requalificação da cidade tradicional

“ (...) V. Desenvolvimento urbano e poder - Na origem de um projecto de desenvolvimento urbano e, *a fortiori*, de uma composição urbana, está sempre a *vontade* de um poder; a «pequena história» mostra-nos que, a cada golpe de génio de um autor corresponde a vontade de um «príncipe» (este príncipe pode ter sido o povo) esclarecido, que considera «a cidade como um elemento didáctico», sem

que se coloque a questão de saber se ela deve ser verdadeiramente considerada como tal, nem de saber por que razão não pode ser entendida de outra maneira. (...)”

DELFANTES, Charles - A Grande História da Cidade, Da Mesopotâmia aos Estados Unidos. 2000. Lisboa: Instituto Piaget. pp. 405-406.

Victor Mestre¹

Victor Mestre | Sofia Aleixo, arquitectos

A conservação, restauro e reabilitação de edifícios históricos classificados ou simplesmente com estima colectiva, na actualidade, dependerá cada vez mais do entendimento que se deverá observar para com os contextos sócio culturais que formam a envolvente.

O sistemático empobrecimento das nossas urbanidades e dos nossos campos derivam da sectorização das intervenções, reduzindo-as a actuações avulsas, sem enquadramento e sem estratégias concertadas. A sistemática falta de planeamento estruturado a partir da permanência das identidades locais, tem provocado a banalização da paisagem, a par da suburbanização da periferia e ultimamente das zonas estabilizadas no próprio interior das cidades.

As intervenções em património arquitectónico e paisagístico constituirão actualmente oportunidades únicas para se restabelecerem as diversas relações, ainda possíveis que há muito foram interrompidas entre a tradição e a contemporaneidade. Em praticamente meio século, com especial relevo para o pós 25 de Abril verifica-se que se rompeu com a continuidade histórica da nossa tradição urbanística com raízes profundas na época tardo medieval, e com experiências riquíssimas no assentamento das novas urbanidades no “Mundo Novo”. Apesar de alguns planos pioneiros, por vezes vanguardistas, que deixaram a semente da esperança como o Bairro Alto e a Baixa Pombalina, ou ainda as experiências do

1 - Mestre Arquitecto

séc. XX como o Plano das Avenidas Novas em Lisboa de Faria da Costa, os Olivais também em Lisboa de Rafael Botelho e Carlos Duarte, o Bairro de Ramalde no Porto de Fernando Távora ou ainda o Plano do Restelo (Lisboa) de Teotónio Pereira e Nuno Portas, entre outros exemplos de excelência, observa-se a avassaladora expansão em “mancha de óleo” que prevaleceu e nunca mais se controlou, tornando-se num processo totalmente (des)controlado pelas operações de loteamento. Essa figura jurídica determinou, destruiu, e continua a destruir território e paisagem urbana delapidando o património contextual físico que por arrastamento anula as relações ancestrais das comunidades, concorrendo para a “guetização” da nossa sociedade.

Nunca como hoje intervir em património será sobretudo aproximar realidades divorciadas entre si, proporcionar o relacionamento de modelos recentes com os valores da memória colectiva que nunca comunicaram verdadeiramente. A cidade histórica e os seus ícones, edifícios, jardins e espaços públicos, só sobreviverão se se estender a sua influência enquanto bens culturais e de civilização numa lógica de aproximação à cidade da periferia, aos últimos anéis ou “apêndices” onde o pulsar humano se deslocou e é hoje mais intenso, mais rico no encontro social, nas actividades de maior criatividade por vezes até nas experiências arquitectónicas de elevada qualidade. A cidade histórica deixada apenas ao usufruto do turismo “industrial”, ou de massas, auto segrega-se, auto destrói-se pois não deixa espaço para o rejuvenescimento dos seus naturais e ancestrais habitantes.

Por todo o País se observa a desertificação dos núcleos históricos o que significa nalguns casos o “abandono dirigido”. Esta situação concertada por entidades públicas, pelo poder económico e por académicos, resulta(rá) num redundante

fracasso da nossa política de cidades. Não existe cidade patrimonial sem os seus mais directos protagonistas, ou seja os seus habitantes. As cidades cenário, são “parques temáticos” artificiais, onde a exclusão social premeditada levará à falta de entendimento da população que habita “outras cidades” desligadas da cidade fundadora e que da cidade tradicional² não sentirá falta, nem tão pouco admiração, por tender cada vez mais a não se identificar com ela. Hoje a referência já não é a Praça regular como o Rossio, a Praça da Figueira, do Comércio, dos Aliados, da Cordoaria, do Giraldo, da República ou do Miradouro da Promenade, da Arcaria, do Espaço Comercial porta a porta, do jardim público urbano, do café e respectiva esplanada no passeio.

Se destruímos um modo de viver milenar, como podemos esperar o respeito o prazer por habitar a cidade tradicional? O retorno urgente à cidade tradicional será sem dúvida o maior desafio que teremos para a conservação e revitalização do património arquitectónico e paisagístico.

Contudo esse regresso já não se poderá fazer sem acompanhamento, especializado e concertado com uma verdadeira política de requalificação das cidades tradicionais sob pena de vir a suceder idêntico fenómeno ao dos realojamentos precipitados dos finais dos anos 70 em que comunidades com ancestrais hábitos e fortes laços identitários passaram directamente de bairros precários e espontâneos para edifícios “sofisticados” como, entre diversos

2 - Entendemos como cidades tradicionais aquelas que surgiram e evoluíram com coesão urbana arquitectónica e social ao longo de séculos e também se mantiveram coerentes nos vários ciclos económicos e culturais do século XX. E neste sentido souberam algumas, muito poucas, resistir ao estilhaçar dos anos 70 e 80, assimilando naturalmente “pólos urbanos gravitacionais” que permaneceram ligados à cidade administrativa cultural e social.

casos, a *Pantera cor-de-rosa* em Chelas (Lisboa) ou São Victor no Porto. Ou seja quando se fizer o repovoamento da Baixa Pombalina em Lisboa, ou dos Aliados e envolvente no Porto a par de outros núcleos históricos de outras vilas e cidades ter-se-á de reflectir profundamente como interagir com os futuros habitantes a instalar nessas realidades físicas de grande significado sócio cultural e extremamente sensíveis à adulteração. Não se trata obviamente de segregação elitista, mas antes da necessidade de se elaborarem estudos de impacto e de acompanhamento que passarão por reunir especialistas nas áreas da sociologia, antropologia, entre outras disciplinas da área social que em conjunto, deverão trabalhar com historiadores, arquitectos, conservadores e outros especialistas na área do património, bem como de gestores e animadores culturais dos espaços urbanos a reabilitar em sintonia com uma transparente política de reabilitação das cidades tradicionais, ou seja com quem promove as políticas e quem investe na legítima expectativa de ver os seus investimentos compensados.

Não há espaço para improvisos ou para negócios imobiliários especulativos e anti-sociais. Esta é a última oportunidade para salvar as nossas urbanidades que ainda detêm as valências que lhes conferem a especificidade da nossa ancestral cultura. Trata-se do primeiro grande desafio do século XXI que deverá romper com a desastrosa e danosa política de cidades que o País tem seguido. A requalificação das cidades e núcleos tradicionais terá de seguir experiências de rigor e sucesso já anteriormente testadas e reconhecidas, quer nacional quer internacionalmente, (como as Cidades Património da Humanidade entre outras de reconhecido mérito), segundo as mais elementares regras e recomendações das Cartas de Património da UNESCO.